

TRABALHO PEDAGÓGICO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ESTRATÉGIAS PARA ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM NA REDE FEDERAL

César Augusto Robaina Filho ¹
Joceane Santos Dornelles ²
Hanna Gabriela Moro ³
Tania Micheline Miorando ⁴
Mariglei Severo Maraschin ⁵

RESUMO

Este trabalho é um recorte do que está sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho (GT) Educação Especial e Inclusiva, que integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional e Tecnológica (Transformação). Este estudo tem como objetivo produzir reflexões acerca do Trabalho Pedagógico Inclusivo (TPI) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) optou-se por uma pesquisa de cunho qualitativo e o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Este debate se desenvolveu com um olhar voltado ao público historicamente excluído da educação formal ou dita regular, especialmente os estudantes públicos alvo da Educação Especial (EE), incluídos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCCT). Para sua efetivação, destacam-se sete estratégias centrais: identificação das necessidades dos estudantes; adaptação curricular; garantia de acessibilidade; trabalho em equipe, valorização de diversidade, avaliação inclusiva e adaptada e formação continuada. Conclui-se que o TPI é uma abordagem educacional a qual busca garantir a participação e aprendizagem de todos os estudantes dentro do ambiente escolar, independentemente de suas diferenças e dificuldades. Com base nos princípios da educação inclusiva, o TPI visa promover a igualdade de oportunidades, respeitando as individualidades de cada aluno e buscando atender às suas necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Educação Especial e Inclusiva, Educação Profissional Inclusiva, Trabalho Pedagógico Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Educação Especial bem como a Educação Profissional são duas modalidades de educação que historicamente trilham caminhos longínquos. A Lei de Diretrizes e Bases da

1 Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria- RS, cesar-filho1@educar.rs.gov.br

2 Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria- RS, joceanedornelles.17@gmail.com;

3 Graduanda do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria- RS, hanna.gabriela@acad.ufsm.br;

4 Doutora em Educação, Universidade Federal de Santa Maria - RS, tania.miorando@ufsm.br.

5 Professora orientadora: titulação, Doutora em Educação, Universidade Federal de Santa Maria - RS, orientador@email.com.



Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, traz em seu artigo 39 que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve integrar-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Brasil, 1996). Assim como sobre a EPT, esta legislação também descreve a Educação Especial (EE). Em seu artigo 58, a LDB define a EE como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que tem seu início na educação infantil e deve estender-se ao longo da vida (Brasil, 1996)

Essas duas modalidades de ensino, apesar de aparentemente não estarem ligadas uma à outra, podem ter seus caminhos entrecruzados e aproximações em seus direcionamentos e metas. Justifica-se essa afirmação se pautando no público, ou seja, aos estudantes a quem estas duas modalidades se voltam. Dessa forma, pode-se afirmar que uma complementa a outra ao permitir aos sujeitos público da Educação Especial (PAEE) acessarem o mundo do trabalho com formação profissional qualificada e transformadora.

Historicamente a EPT uma modalidade que possui o objetivo de incluir estudantes excluídos da sociedade. Kunze (2009) afirma que os objetivos da EPT eram ofertar às camadas mais pobres, que migravam das zonas rurais e periferias do país e aglomeravam-se nos grandes centros uma profissão por meio deste ensino, para as indústrias que surgiam no país no século XX, a partir das mudanças que ocorreram na economia agrário-exportadora do Brasil. Nesse sentido, a autora corrobora que a EPT é inclusiva por se voltar aos sujeitos que vivem às margens da sociedade, ou seja fazem parte das camadas mais pobres, a classe trabalhadora, e que esses sujeitos muitas vezes estão desvinculados dos setores produtivos justamente por falta de escolarização e formação. Assim, Magalhães (2011) afirma que o objetivo da EPT é ofertar formação, para qualificar trabalhadores para a produção, de acordo com as demandas regionais e locais. Outrossim, a EE carrega consigo os conceitos de inclusão, especialmente a escolar.

Uma sociedade necessita ser inclusiva porque ela é amplamente diversificada, heterogênea na sua constituição, desigual nos direitos e iníqua na distribuição das riquezas. A administração dessa diversidade, em direção a uma sociedade mais inclusiva, implica igualdade de direitos na diversidade - inclusive diversidade na capacidade de contribuir para o bem comum - e implica ampla possibilidade de mobilidade social. (Secundino; Santos; 2023, p.22)

Para que a inclusão realmente aconteça, e aqui ressalta-se mais uma vez que não está se referindo apenas ao PAEE esse momento, mas a todos os sujeitos diversos que vivenciam



em seu cotidiano escolar a exclusão, é necessário especial atenção ao trabalho desenvolvido pelo professor. O professor que estará na sala de aula e que com o apoio de toda comunidade escolar vai ou não promover a inclusão e nesse movimento “fazer com que ele compartilhe o mesmo espaço social com os outros, garantindo a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas” (Secundino; Santos, 2023, p. 11-12).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo refletir sobre o Trabalho Pedagógico Inclusivo (TPI) na EPT, com foco nos estudantes Público da Educação Especial (PEE) incluídos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT). Para alcançar o objetivo proposto e responder à problematização delineada, recorreu-se à revisão bibliográfica como caminho para o aprofundamento das reflexões. Reconhece-se, contudo, que essa temática não se esgota neste estudo, sendo necessário que continue a ser amplamente debatida nos espaços de ensino, pesquisa e extensão.

METODOLOGIA

Optou-se por realizar uma pesquisa de cunho qualitativo, e para tanto se buscou apoio em autores que apresentam a mesma. Na obra “A pesquisa qualitativa” Flick (2009) relata que as pesquisas qualitativas podem ser justificadas em virtude de que “a mudança social acelerada e a conseqüente diversificação das esferas da vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentam novos contextos e perspectivas sociais” (p.20). Assim, pode-se dizer que a pesquisa qualitativa investiga novos e diversos contextos fora de laboratórios e da academia, demonstrando a realidade dos diversos contextos da sociedade. Na mesma linha de discussão Gerhart e Silveira (2009) na obra “Métodos de Pesquisa” quando afirmam que a pesquisa qualitativa preocupa-se:

[...]com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências humanas e sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (Gerhart; Silveira, 2009, p. 31).

Nesse sentido, este estudo se debruçou sobre os aspectos qualitativos do fenômeno estudado, qual seja, reflexões acerca do TPI na EPT, também baseando-se em Gatti e André (2013) quando se referem às pesquisas qualitativas e argumentam sobre a possibilidade da busca do conhecimento sobre o humano social e o humano educacional como uma espécie de mergulho em interações nas quais os sentidos são produzidos e os significados construídos.



Segundo esses autores, a abordagem qualitativa utiliza “[...] a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, e assume que fatos e fatores são intimamente relacionados (2013, p. 30).

O método adotado para este trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com buscas de referencial para embasar o estudo. Fonseca (2002) afirma que a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Complementando, o autor relata que: “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (Fonseca, 2002, p. 32).

Para isso, foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicas (como Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES), utilizando os descritores: “Trabalho Pedagógico Inclusivo”, “Educação Profissional e Tecnológica”, “Educação Especial”, “inclusão escolar” e “permanência”. Observou-se uma escassez de estudos que tratassem diretamente da intersecção entre o TPI e a EPT. Diante disso, optou-se por ancorar a análise em autores que abordam separadamente as temáticas da inclusão na EPT e na Educação Especial, cujas reflexões possibilitaram fundamentar a presente discussão sob uma perspectiva ampliada da inclusão educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o aumento de matrículas desses públicos excluídos historicamente, surgem novas demandas e desafios para escola democrática, sendo necessário repensar o trabalho pedagógico, principalmente nas instituições que ofertam cursos de EPT, pois essas também recebem estudantes público-alvo da Educação Especial.

Nesta perspectiva, Maraschin (2015, p. 152) afirma que trabalho pedagógico é “o trabalho que gestores, professores, equipes e estudantes produzem ao construir sua formação na instituição. É a proposta em si, é o dia a dia, são as disciplinas, a forma de abordar o conteúdo, o cuidado”. De acordo com a autora, a solidificação do trabalho pedagógico na EPT é necessária:

[...] prever este tempo para planejamento e para reuniões coletivas. É preciso construir espaços e tempos para o trabalho pedagógico na Educação Profissional, “investir no trabalho dos professores, um trabalho coletivo que se efetiva na práxis das políticas, na realidade, e que gera ações, relações e transformações nas instituições e, por consequência, promove transformações nos sujeitos” (Maraschin, 2015, p. 284).



Ferreira (2018) esclarece trabalho docente, trabalho pedagógico e trabalho dos professores como expressões que sejam sinônimos e que possam se substituir em termos de sentidos. Esse é o conceito a que Ferreira (2018, p. 592) se refere, porém, trabalho pedagógico não é só isso. Assim, também, entende-se por trabalho pedagógico

[...]todo o trabalho cujas bases estejam, de alguma forma, relacionadas à Pedagogia, evidenciando, portanto, métodos, técnicas, avaliação intencionalmente planejadas e tendo em vista o alcance de objetivos relativos à produção de conhecimentos (Ferreira, 2010, p. 01).

A autora complementa que o trabalho pedagógico cumpre um importante papel na formação dos sujeitos, uma vez que abrange todo o contexto de construção do conhecimento, indo muito além do trabalho docente, do trabalho dos professores, da produção do conhecimento em sala de aula, dos estudantes ou do projeto pedagógico institucional (Ferreira, 2018).

Paro (2015) encontra-se em consonância com o pensamento de Maraschin (2015), quando este aponta em suas escritas a necessidade de mediação entre o pedagógico e administrativo no que tange o processo educativo, como pode-se observar no recorte que segue: Carece de fundamento, pois, a dicotomia que às vezes se estabelece entre administrativo e pedagógico, como se o primeiro pudesse estar em concorrência com o segundo, como quando se diz que o pedagógico deve preceder, em importância, ao administrativo.

Na verdade, se o administrativo é a boa mediação para a realização do fim, e se o fim é o aluno educado, não há nada mais administrativo do que o próprio pedagógico, ou seja, o processo de educá-lo. É, portanto, o pedagógico que dá a razão de ser ao administrativo, senão este se reduz a mera burocratização, fazendo-se fim em si mesmo e negando os fins educativos a que deveria servir (Paro, 2015, p.25).

Nesse sentido, o trabalho dos gestores das instituições, professores, coordenadores, técnicos administrativos e, de um modo geral, toda a equipe escolar é primordial para viabilizar e implantar um trabalho pedagógico crítico, provido de acompanhamento, e acima de tudo do fazer acontecer a EPT e seus princípios, por meio da consolidação do ensino, da pesquisa e da extensão.



Maraschin, Ritzel e Cargnin (2023) abordam justamente essa necessidade de se pensar no trabalho pedagógico realizado na EPT. As autoras evidenciam a exigência apresentada para que os estudantes possam vivenciar o trabalho pedagógico crítico:

(...) são necessários espaços adequados com acolhimento, humanização, técnica, além de trabalho pedagógico coletivo que passam por orientações, formações pedagógicas e diálogos constantes, para a resolutiva integração da linguagem e comprometimento com o fazer e o agir na EPT junto aos estudantes e toda a comunidade escolar (Maraschin; Ritzel; Cargnin, 2023, p.124).

Ao conduzir as necessidades elencadas pelas autoras também ao trabalho pedagógico inclusivo, defendido nessa escrita, é possível fortalecer ainda mais a exigência demandada pelos estudantes incluídos, especialmente no que tange o acolhimento, humanização e diálogo.

Da mesma forma que o Trabalho Pedagógico defendido por Ferreira (2010, 2018); Maraschin(2015); Maraschin, Ritzel e Cargnin (2023); o TPI busca garantir a participação e aprendizagem de todos os estudantes dentro do ambiente escolar, independentemente de suas diferenças e dificuldades. Com base nos princípios da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Em sua dissertação, Robaina Filho (2023) analisa que o TPI visa promover a igualdade de oportunidades, respeitando as individualidades de cada estudante e buscando atender às suas necessidades específicas. Para desenvolver um TPI. A partir das leituras citadas e discutidas destacamos que para ocorrer um TPI efetivo é importante considerar sete estratégias, as quais pode-se observar no quadro 1.

Quadro 1: Estratégias para efetivar o TPI

Identificar as necessidades dos estudantes	É fundamental conhecer e compreender as dificuldades e potencialidades de cada estudante a fim de planejar e oferecer atividades adequadas e acessíveis.
Adaptação do currículo	Adaptar o currículo de acordo com as necessidades dos estudantes, considerando suas habilidades e dificuldades específicas. Isso pode incluir a modificação de atividades, materiais e métodos de ensino.
Acessibilidade	Garantir que o ambiente escolar e os materiais didáticos sejam acessíveis a todos os estudantes, considerando, por exemplo, a adaptação de espaços físicos, o uso de recursos tecnológicos e a disponibilização de materiais em diferentes formatos.
Trabalho em equipe	Promover o trabalho em colaborativo entre os professores, tanto de áreas



específicas quanto os professores educadores especiais, psicólogos, psicopedagogos entre outros profissionais, para a criação de estratégias e a definição de ações que promovam e efetivem a inclusão desse público.

Valorização de diversidade	Fomentar a aceitação e a valorização da diversidade entre os estudantes e servidores das instituições, promovendo atividades que favoreçam o respeito e a inclusão, como projetos pedagógicos, atividades extracurriculares e momentos de diálogo.
Avaliação inclusiva/adaptada	Adaptar instrumentos avaliativos para garantir que todos os estudantes sejam avaliados de forma justa e adequada, levando em consideração suas particularidades e potencialidades.
Formação continuada	Investir na formação de professores e demais profissionais da educação, proporcionando oportunidades de capacitação e atualização em relação às práticas inclusivas.

Fonte: Elaborado pelos autores em 2025.

No momento que a instituição efetivar as estratégias citadas acima, essa também efetivará o TPI, o qual busca promover uma educação de qualidade para todos os estudantes, respeitando suas diferenças e garantindo seu direito à aprendizagem. Ele se baseia nos princípios de igualdade, respeito, colaboração e valorização da diversidade, promovendo uma educação mais justa e inclusiva.

A partir desta pesquisa ficou claro que o TPI deve envolver-se como uma abordagem reflexiva e engajada, considerando as barreiras sociais, culturais e estruturais que podem impactar seu aprendizado, incluindo a promoção da consciência sobre questões de inclusão e a adaptação de práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas de cada estudante.

Indo de acordo com Maraschin, Brancher e Robaina Filho (2022) no texto “Educação especial nas escolas federais de EPT de Santa Maria: desafios da pandemia Covid”, onde os autores ressaltam que o foco do TPI deve estar na criação de um ambiente educacional que reconheça e valorize a diversidade, proporcionando oportunidades equitativas para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades. Essa abordagem visa não apenas fornecer conhecimento, mas também desenvolver habilidades, autonomia e promover a participação plena dos estudantes com deficiência na comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações desenvolvidas apoiadas no objetivo central do estudo de produzir reflexões acerca do Trabalho Pedagógico Inclusivo (TPI) na EPT defende-se um



trabalho pedagógico crítico e inclusivo nas escolas de EPT, principalmente com os estudantes PAEE, para que não tenham o conhecimento limitado de uma função apenas da sua profissão, mas tenham um conhecimento amplo e um ensino de qualidade.

Estudantes e trabalhadores que saibam os seus deveres no mundo do trabalho, mas também saibam buscar os seus direitos, além de melhores oportunidades. Ao analisar as realidades pesquisadas, observou-se que ambas estão caminhando para um trabalho pedagógico crítico principalmente buscando estratégias para de fato efetivar a inclusão na EPT.

Conclui-se que o TPI é uma abordagem educacional a qual busca garantir a participação e aprendizagem de todos os estudantes dentro do ambiente escolar, independentemente de suas diferenças e dificuldades. Com base nos princípios da educação inclusiva, o TPI visa promover a igualdade de oportunidades, respeitando as individualidades de cada estudante e buscando atender às suas necessidades educacionais especiais.

Fica claro que essa abordagem visa não apenas fornecer conhecimento, mas também desenvolver habilidades, autonomia e promover a participação plena deste público na comunidade escolar. Acredita-se também, que uma política inclusiva e um trabalho pedagógico crítico e inclusivo colaboram para a efetivação da tríade acesso, permanência e êxito. Pode-se dessa forma afirmar que um TPI não só abre as portas da escola, como garante a aprendizagem que favorece a permanência e o êxito desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 5 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 5 jul. 2025.

FERREIRA, Líliliana. Soares. **Trabalho pedagógico**. (2010). In: Oliveira, Dalila Andrade. et al. Dicionário trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: Faculdade de Educação UFMG.

FERREIRA, Líliliana. Soares. **Trabalho Pedagógico na Escola: do que se fala?**. Educ. Real. [online]. 2018, vol.43, n.2, pp.591-608. ISSN 0100-3143. [viewed 17 May 2018].

FLICK, U. (2009). **An introduction to qualitative research** (3rd ed., J. E. Costa, Trans.). São Paulo, Brazil: Artmed. (Original work published 1995)



GATTI, Bernadete. ANDRE, Marli. **A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil.** In. WELLER, Wivian; FAFF, Nicolle. (orgs.) Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. 2 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, p. 29-38, 2011.

GERHARDT E SILVEIRA (2009). **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KUNZE, Nadia Cuiabano. **O surgimento da rede federal de educação nos primórdios do regime republicano no Brasil.** Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação, Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. V.2, nº 2 (nov.2009). Brasília: MEC, SETEC, 2009.

MAGALHÃES, Fernanda. Pizarro. **Gêneros discursivos da esfera empresarial no ensino da educação profissional: reflexões, análises e possibilidades.** Pelotas: 2011. 358f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Universidade Católica de Pelotas.

MARASCHIN, Mariglei. Severo. **Dialética das Disputas: Trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora?** Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2015.

MARASCHIN, Mariglei. Severo; BRANCHER, Vantoir. Roberto, & ROBAINA FILHO, Cesar. Augusto. (2022). **Educação especial nas escolas federais de EPT de Santa Maria: desafios da pandemia Covid.** *Horizontes*, 40(1), e022075. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1381>

MARASCHIN, Mariglei Severo; RITZEL, Priscila Rostirola; CARGNIN, Rosimara. Trabalho Pedagógico Crítico: compromisso da gestão da educação profissional e tecnológica. In: FERREIRA, Liliana Soares; et al. (Org.). **Trabalho pedagógico na educação profissional e tecnológica em diferentes contextos: desafios e reflexões.** Volume 4. Curitiba: CRV, 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

ROBAINA FILHO, César Augusto. **Movimentos de Educação Especial nas Escolas Públicas que Ofertam Cursos Técnicos de Nível Médio em Santa Maria.** 2022. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2022,

Robaina Filho, C. A., Severo Maraschin, M., & Brancher, V. R. (2023). **A realidade da Educação Especial nas escolas vinculadas da Universidade Federal de Santa Maria.** Faculdade Sant'Ana Em Revista, 7(2), p. 393 - 411.

SECUNDINO, Francisco Karyvaldo Magalhaes; SANTOS, João Otacílio Libardoni dos. **Educação especial no Brasil: um recorte histórico-bibliográfico.** In: SciELO Preprints, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5582>. Acesso em 01 ago. 2024.

